PREFEITURA MUNICIPAL DE RESPLENDOR

CEP 35.230-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ 18.413.161/0001-72
PRAÇA PEDRO NOLASCO, 20 - CENTRO - TELEFONE (33) 3263-1255 - FAX (33) 3263-1856

PROJETO DE LEI Nº 004, DE 18 DE ABRIL DE 2024

PROCESSO Nº 119 / 2024

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Resplendor, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei Orgânica Municipal as diretrizes orçamentárias do Município para 2025, compreendendo:
I – as prioridades e metas da administração pública municipal;
II – a estrutura e organização dos orçamentos;
III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
IV – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
V – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VI – as disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° Constituem prioridades e metas da administração pública municipal a serem priorizadas na proposta orçamentária para 2025, em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição da República, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária para 2025, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, as metas fiscais determinadas nos anexos que compõem essa lei.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3° Para efeito desta Lei, entende-se por:
I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
II – Atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III – Projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e,

IV – Operação Especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, especialmente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas.

Art. 4º O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme, a seguir, discriminados:

I – pessoal e encargos sociais;
II – juros e encargos da dívida;
III – outras despesas correntes;
IV – investimentos;
V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição; e,
VI – amortização da dívida.

Art. 5º O orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos, Órgãos, Autarquias, inclusive especiais, e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 6º A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – à concessão de subvenções sociais e econômicas;
II – ao pagamento de precatórios judiciários, e,
III – as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, e a respectiva lei, será constituído de:

I – mensagem;
I – texto da lei;
II – quadros orçamentários consolidados;
III – anexos do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
IV – discriminação da legislação da receita.

Parágrafo único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I – evolução da receita segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição da República;
II – evolução da despesa segundo as categorias econômicas e grupos de despesa;
III – resumo das receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
IV – resumo das despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;
V – receita e despesa, do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;
VI – receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320/1964;
VII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;
VIII – despesas do orçamento, isolada e conjuntamente, segundo a função, subfunção, programa, e grupo de despesa;
IX – programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição da República, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;
X – programação referente às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

Art. 8º Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2024, sua respectiva proposta orçamentária, através de ofício, para fins de consolidação no projeto de lei orçamentária do Município.

Art. 9º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
Parágrafo único. Serão divulgados na Internet, ao menos:
I – pelo Poder Executivo, informações relativas à elaboração do projeto de lei orçamentária:
a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;
b) a proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares.

Art. 11. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2025 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário.

Art. 12. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13. O Poder Legislativo terá como limite das despesas correntes e de capital em 2025, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101 de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:
I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;
II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o inciso II do *caput* do art. 36 desta Lei.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com:
I – celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;
II – sindicatos, clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmado com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Art. 18. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária dotações relativas às operações de crédito correspondente ao montante da despesa de capital.

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:
I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
IV – sejam declaradas de utilidade pública pelo Município.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida por três autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 20. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios e/ou contribuições" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:
I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas em um dos seguintes Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;
III – Associações microrregionais;
IV - Consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;
V – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.
Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de:
I – publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, revendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
II – destinação dos recursos exclusivamente para a ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente, exceto no caso do inciso III do *caput* deste artigo; e,
III – identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 21. A execução das ações de que tratam os arts. 19 e 20 fica condicionada à autorização específica exigida pelo *caput* do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 22. A proposta orçamentária deverá conter reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no máximo, cinco por cento da receita corrente líquida.

Art. 23. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.
§ 1ºAcompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.
§ 2º Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados, na lei orçamentária, serão acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.
§ 3º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§ 4° Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Poder Legislativo por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.
§ 5° O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.
§ 6° A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.
§ 7° A criação de elemento de despesa desde que não haja novos programas e/ou ações, será realizada por meio de ato administrativo (decreto executivo), desde que a lei orçamentária esteja detalhada até a modalidade de aplicação. Se a Lei Orçamentária for detalhada somente até o nível de despesa, a criação de novo elemento de despesa deverá ser por meio de abertura de créditos adicionais.
§ 8° O remanejamento de fontes não impactará o limite percentual de suplementação autorizado na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24. O Poder Executivo fará publicar até 31 de agosto de 2024, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 25. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observado o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de 2024, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores públicos federais.
Parágrafo único. Os valores correspondentes ao reajuste geral de pessoal referido no *caput* constarão de previsão orçamentária específica, observado o limite do art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e órgão, previstos na Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no § 2º do art. 59 da citada Lei Complementar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre ou semestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida.

Art. 27. No exercício de 2025, observado o disposto no art. 169 da Constituição da República, somente poderão ser admitidos servidores se:
I – existirem cargos vagos a preencher;
II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III – for observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição da República, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição da República, constantes de anexo específico do projeto de lei orçamentária, observado o disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29. No exercício de 2025, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento do limite referido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, exceto nos casos previstos na orgânica do município, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.
Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência da Secretaria de Administração.

Art. 30. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:
I – sejam assessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;
II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 31. No mês de janeiro, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais deverá ser empenhada por estimativa para todo o exercício, observado o limite da dotação constante da Lei Orçamentária.
§ 1º Na estimativa de que trata o "*caput*", é vedada a inclusão de qualquer despesa que não seja com a folha normal.
§ 2º Para efeito deste artigo, a folha normal compreende as despesas com remuneração do mês de referência, décimo terceiro salário, férias, abono de férias e outras vantagens pecuniárias, previstas na Lei Orçamentária.
§ 3º O pagamento de despesas não previstos na folha normal somente poderá ser efetuado em folha complementar, condicionado à existência de prévia e suficiente dotação orçamentária.

Art. 32. As dotações remanescentes da aplicação do disposto no artigo anterior, identificado pela Secretaria da Fazenda, poderão ser remanejadas, inclusive para outros órgãos, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária.

Parágrafo único. As dotações mencionadas no "caput" somente poderão ser redistribuídas para outro órgão mediante autorização do Prefeito Municipal.

Art. 33. Os órgãos setoriais de orçamento ou equivalentes indicarão à Secretaria da Fazenda as dotações que deverão ser canceladas, bem como os limites a serem reduzidos, para abertura de créditos adicionais, destinados ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, sempre que for identificada insuficiência de recursos nestas dotações.

CAPÍTULO V
DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR

Art. 34. Poderão ser inscritas em "Restos a Pagar" as despesas efetivamente realizadas bem como as não processadas que venham a ser realizadas no exercício seguinte.
§ 1° Considera-se efetivamente realizada a despesa em que o bem tenha sido entregue ou o serviço tenha sido executado.
§ 2° Os saldos de dotações referentes às despesas não processadas que não terão sua efetiva realização no exercício seguinte deverão ser anulados.
§ 3° Havendo interesse da Administração, as despesas mencionadas no parágrafo anterior poderão ser empenhadas, até o montante dos saldos anulados, à conta do orçamento do exercício seguinte, observada a mesma classificação orçamentária.
§ 4° Os órgãos de contabilidade analítica anularão os saldos de empenhos que não se enquadrem no disposto neste artigo, quando as anulações não houverem sido efetivadas pelo ordenador de despesas.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.
Parágrafo único. Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 36. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.
Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:
I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;
II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 38. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e do previsto no art. 11 desta Lei, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e calculada de forma proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município em cada um dos citados conjuntos, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.
§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.
§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o § 1º, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do *caput*, caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e movimentação financeira.

Art. 39. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 40. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros, conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 41. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 17 e segs. da Lei nº 14.133/2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 42. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.
Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 43. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2025, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário.
§ 1º Os atos de que trata o *caput* conterão cronogramas de pagamentos mensais à conta de recursos do Tesouro Municipal e de outras fontes, por órgão, contemplando limites para a execução de despesas não financeiras.
§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no *caput* e os que o modificarem conterá:

I – metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos.
§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo, terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 44. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento ao Poder Legislativo a data de 30 de dezembro.

Art. 45. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.
§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades, e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.
§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos discriminadas na Lei Orçamentária Anual para execução de determinado elemento de despesa, não configurando a abertura de crédito adicional, nos termos da Consulta nº 958.027, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 46. Se o projeto de lei orçamentária não for devolvido com autógrafos pelo Presidente da Câmara até 31 de dezembro de 2024, para sanção do Prefeito Municipal, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de um doze avos de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

Art. 47. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 48. A abertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.
Parágrafo único. Na abertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada.

Art. 49. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 50. Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no §3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 75, incisos I, II e III da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

Art. 51. As transferências de recursos do Município, consignados na Lei Orçamentária Anual, à União, Estados e a outros Municípios a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas mediante convênio, acordo ou instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 52. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com prévia específica autorização legislativa, nos termos do § 8° do art. 166 da Constituição da República.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Resplendor, Estado de Minas Gerais,18 de abril de 2024.

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhoras Vereadoras,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, e de seus ilustres pares, projeto de Lei a respeito das diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º, da Constituição da República.

O referido projeto dispõe sobre as prioridades e as metas da administração pública municipal; a organização e a estrutura dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração dos orçamentos; as despesas com pessoal e encargos sociais, as alterações na legislação tributária; autorização para remanejamento, transposições e realocações de recursos e outras matérias de natureza orçamentária.

O projeto prevê, ainda, a fixação de limite para as despesas do Legislativo Municipal, conforme determinação do art. 29-A, da Constituição da República, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

A especificação dos programas que darão corpo a essas prioridades, bem como às metas que se pretende alcançar em 2025, constará do projeto de lei orçamentária a ser remetido à Câmara Municipal em consonância com o Plano Plurianual estabelecido para o quadriênio 2022-2025.

Certo de que este projeto de lei terá a necessária aquiescência desta Augusta Casa, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevado apreço.

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO		ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	81.571.398,50	90.160.355,72	105.611.270,00	108.990.830,64	112.478.537,20	115.852.893,31
1.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.796.039,99	8.698.935,72	13.785.000,00	14.226.120,00	14.681.355,84	15.121.796,51
1.1.1.0.00.0.0	IMPOSTOS	7.059.890,57	7.892.444,58	12.235.000,00	12.626.520,00	13.030.568,64	13.421.485,70
1.1.1.2.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	1.901.964,06	1.992.015,41	4.220.000,00	4.355.040,00	4.494.401,28	4.629.233,32
1.1.1.2.50.0.0	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	854.207,29	1.188.195,75	2.220.000,00	2.291.040,00	2.364.353,28	2.435.283,88
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	423.959,51	474.651,64	1.000.000,00	1.032.000,00	1.065.024,00	1.096.974,72
1.1.1.2.50.0.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa e Juros da Receita Principal	6.107,83	14.558,40	40.000,00	41.280,00	42.600,96	43.878,99
1.1.1.2.50.0.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa da Receita Principal	416.298,79	544.573,68	1.000.000,00	1.032.000,00	1.065.024,00	1.096.974,72
1.1.1.2.50.0.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	7.841,16	154.412,03	180.000,00	185.760,00	191.704,32	197.455,45
1.1.1.2.53.0.0	IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	1.047.756,77	803.819,66	2.000.000,00	2.064.000,00	2.130.048,00	2.193.949,44
1.1.1.2.53.0.1	Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	1.047.756,77	803.819,66	2.000.000,00	2.064.000,00	2.130.048,00	2.193.949,44
1.1.1.3.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.022.766,53	1.297.611,70	2.700.000,00	2.786.400,00	2.875.564,80	2.961.831,74
1.1.1.3.03.0.0	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	1.022.766,53	1.297.611,70	2.700.000,00	2.786.400,00	2.875.564,80	2.961.831,74
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.012.406,49	1.271.551,84	1.700.000,00	1.754.400,00	1.810.540,80	1.864.857,02
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	10.360,04	26.059,86	1.000.000,00	1.032.000,00	1.065.024,00	1.096.974,72
1.1.1.4.00.0.0	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	4.135.159,98	4.602.817,47	5.315.000,00	5.485.080,00	5.660.602,56	5.830.420,64
1.1.1.4.51.0.0	IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS	4.135.159,98	4.602.817,47	5.315.000,00	5.485.080,00	5.660.602,56	5.830.420,64
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	4.122.191,38	4.594.115,32	5.200.000,00	5.366.400,00	5.538.124,80	5.704.268,54
1.1.1.4.51.1.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa e Juros da Receita Principal	9.935,40	8.293,74	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.1.1.4.51.1.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa da Receita Principal	2.986,83	408,41	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.1.1.4.51.1.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal	46,37	0,00	15.000,00	15.480,00	15.975,36	16.454,62
1.1.2.0.00.0.0	TAXAS	736.149,42	806.491,14	1.550.000,00	1.599.600,00	1.650.787,20	1.700.310,81
1.1.2.1.00.0.0	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	317.006,55	318.489,83	950.000,00	980.400,00	1.011.772,80	1.042.125,98
1.1.2.1.01.0.0	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	290.529,77	288.151,21	850.000,00	877.200,00	905.270,40	932.428,51
1.1.2.1.01.0.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	290.529,77	288.151,21	850.000,00	877.200,00	905.270,40	932.428,51
1.1.2.1.50.0.0	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	26.476,78	30.338,62	100.000,00	103.200,00	106.502,40	109.697,47
1.1.2.1.50.0.1	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	26.476,78	30.338,62	100.000,00	103.200,00	106.502,40	109.697,47
1.1.2.2.00.0.0	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	419.142,87	488.001,31	600.000,00	619.200,00	639.014,40	658.184,83
1.1.2.2.01.0.0	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	419.142,87	488.001,31	600.000,00	619.200,00	639.014,40	658.184,83
1.1.2.2.01.0.1	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	419.142,87	488.001,31	600.000,00	619.200,00	639.014,40	658.184,83
1.2.0.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES	872.977,14	852.903,09	1.200.000,00	1.238.400,00	1.278.028,80	1.316.369,66
1.2.4.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	872.977,14	852.903,09	1.200.000,00	1.238.400,00	1.278.028,80	1.316.369,66

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO		ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.2.4.1.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	872.977,14	852.903,09	1.200.000,00	1.238.400,00	1.278.028,80	1.316.369,66
1.2.4.1.50.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	872.977,14	852.903,09	1.200.000,00	1.238.400,00	1.278.028,80	1.316.369,66
1.2.4.1.50.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	872.977,14	852.903,09	1.200.000,00	1.238.400,00	1.278.028,80	1.316.369,66
1.3.0.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	2.072.283,73	2.099.107,86	2.356.000,00	2.431.392,00	2.509.196,54	2.584.472,43
1.3.1.0.00.0.0	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	50.246,96	120.612,20	150.000,00	154.800,00	159.753,60	164.546,21
1.3.1.1.00.0.0	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	50.246,96	120.612,20	150.000,00	154.800,00	159.753,60	164.546,21
1.3.1.1.01.0.0	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	50.246,96	120.612,20	150.000,00	154.800,00	159.753,60	164.546,21
1.3.1.1.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	50.246,96	120.612,20	150.000,00	154.800,00	159.753,60	164.546,21
1.3.2.0.00.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	2.022.036,77	1.978.495,66	2.206.000,00	2.276.592,00	2.349.442,94	2.419.926,22
1.3.2.1.00.0.0	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	2.016.146,68	1.974.727,87	2.200.000,00	2.270.400,00	2.343.052,80	2.413.344,38
1.3.2.1.01.0.0	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2.016.146,68	1.974.727,87	2.200.000,00	2.270.400,00	2.343.052,80	2.413.344,38
1.3.2.1.01.0.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.016.146,68	1.974.727,87	2.200.000,00	2.270.400,00	2.343.052,80	2.413.344,38
1.3.2.1.06.0.0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.06.0.1	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.2.00.0.0	DIVIDENDOS	5.890,09	3.767,79	5.000,00	5.160,00	5.325,12	5.484,87
1.3.2.2.01.0.0	DIVIDENDOS	5.890,09	3.767,79	5.000,00	5.160,00	5.325,12	5.484,87
1.3.2.2.01.0.1	Dividendos - Principal	4.339,64	2.054,68	5.000,00	5.160,00	5.325,12	5.484,87
1.3.2.2.01.0.6	Dividendos - Juros da Receita Principal	1.550,45	1.713,11	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.3.00.0.0	PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.3.2.3.01.0.0	PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.3.2.3.01.0.1	Participações - Principal	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.7.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.629.439,14	74.635.522,53	87.891.000,00	90.703.512,00	93.606.024,38	96.414.205,11
1.7.1.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	43.999.991,90	45.358.483,61	52.021.000,00	53.685.672,00	55.403.613,50	57.065.721,91
1.7.1.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	30.901.264,21	32.003.019,89	38.540.000,00	39.773.280,00	41.046.024,96	42.277.405,71
1.7.1.1.51.0.0	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	30.860.789,58	31.941.997,30	38.500.000,00	39.732.000,00	41.003.424,00	42.233.526,72
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	28.459.084,45	29.066.247,77	35.000.000,00	36.120.000,00	37.275.840,00	38.394.115,20
1.7.1.1.51.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	2.401.705,13	2.875.749,53	3.500.000,00	3.612.000,00	3.727.584,00	3.839.411,52
1.7.1.1.52.0.0	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	40.474,63	61.022,59	40.000,00	41.280,00	42.600,96	43.878,99
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	40.474,63	61.022,59	40.000,00	41.280,00	42.600,96	43.878,99
1.7.1.2.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	5.362.668,58	5.358.540,78	4.100.000,00	4.231.200,00	4.366.598,40	4.497.596,35
1.7.1.2.50.0.0	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	874.459,43	841.773,82	950.000,00	980.400,00	1.011.772,80	1.042.125,98
1.7.1.2.50.0.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos - Principal	874.459,43	841.773,82	950.000,00	980.400,00	1.011.772,80	1.042.125,98
1.7.1.2.51.0.0	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	3.449.297,75	3.902.055,54	2.500.000,00	2.580.000,00	2.662.560,00	2.742.436,80
1.7.1.2.51.0.1	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal	3.449.297,75	3.902.055,54	2.500.000,00	2.580.000,00	2.662.560,00	2.742.436,80
1.7.1.2.52.0.0	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	683.845,68	614.711,42	650.000,00	670.800,00	692.265,60	713.033,57
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	683.845,68	614.711,42	650.000,00	670.800,00	692.265,60	713.033,57

Anexo I - Receitas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO		ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
1.7.1.2.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	355.065,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.2.99.0.1	Outras Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - Principal	355.065,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	6.133.484,05	5.015.584,83	7.600.000,00	7.843.200,00	8.094.182,40	8.337.007,87
1.7.1.3.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – REPASSES FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	6.133.484,05	5.015.584,83	7.600.000,00	7.843.200,00	8.094.182,40	8.337.007,87
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	5.309.375,07	3.863.246,13	5.500.000,00	5.676.000,00	5.857.632,00	6.033.360,96
1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada - Principal	384.660,00	393.371,00	600.000,00	619.200,00	639.014,40	658.184,83
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde - Principal	290.059,98	343.492,29	350.000,00	361.200,00	372.758,40	383.941,15
1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica - Principal	145.431,06	127.512,12	150.000,00	154.800,00	159.753,60	164.546,21
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal	3.957,94	287.963,29	1.000.000,00	1.032.000,00	1.065.024,00	1.096.974,72
1.7.1.3.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.3.99.0.1	Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.4.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE?	1.268.788,35	1.198.191,12	1.271.000,00	1.311.672,00	1.353.645,50	1.394.254,87
1.7.1.4.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	654.136,28	738.824,88	900.000,00	928.800,00	958.521,60	987.277,25
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	654.136,28	738.824,88	900.000,00	928.800,00	958.521,60	987.277,25
1.7.1.4.52.0.0	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	154.338,00	213.669,40	250.000,00	258.000,00	266.256,00	274.243,68
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Principal	154.338,00	213.669,40	250.000,00	258.000,00	266.256,00	274.243,68
1.7.1.4.53.0.0	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR – PNATE	33.373,98	134.398,40	120.000,00	123.840,00	127.802,88	131.636,97
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	33.373,98	134.398,40	120.000,00	123.840,00	127.802,88	131.636,97
1.7.1.4.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	426.940,09	111.298,44	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.7.1.4.99.0.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE - Principal	426.940,09	111.298,44	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.7.1.6.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	205.557,80	315.960,10	430.000,00	443.760,00	457.960,32	471.699,13
1.7.1.6.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA	205.557,80	315.960,10	430.000,00	443.760,00	457.960,32	471.699,13

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF — EXERCÍCIO: - 2025

	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
	SOCIAL – FNAS						
1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	205.557,80	315.960,10	430.000,00	443.760,00	457.960,32	471.699,13
1.7.1.9.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	128.228,91	1.467.186,89	80.000,00	82.560,00	85.201,92	87.757,98
1.7.1.9.57.0.0	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.57.0.1	Transferência Especial da União - Principal	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.58.0.0	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2020	67.353,38	67.915,74	70.000,00	72.240,00	74.551,68	76.788,23
1.7.1.9.58.0.1	Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar nº 176/2020 - Principal	67.353,38	67.915,74	70.000,00	72.240,00	74.551,68	76.788,23
1.7.1.9.61.0.0	AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022	60.875,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.61.0.1	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário Icms - Art. 5º, Inciso V, Ec Nº 123/2023 - Principal	60.875,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.1.9.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	899.271,15	10.000,00	10.320,00	10.650,24	10.969,75
1.7.1.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	0,00	899.271,15	10.000,00	10.320,00	10.650,24	10.969,75
1.7.2.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.267.737,36	16.188.914,17	20.480.000,00	21.135.360,00	21.811.691,52	22.466.042,26
1.7.2.1.00.0.0	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	10.042.954,93	11.444.895,86	16.120.000,00	16.635.840,00	17.168.186,88	17.683.232,48
1.7.2.1.50.0.0	COTA-PARTE DO ICMS	8.103.363,76	8.499.911,88	12.000.000,00	12.384.000,00	12.780.288,00	13.163.696,64
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	8.103.363,76	8.499.911,88	12.000.000,00	12.384.000,00	12.780.288,00	13.163.696,64
1.7.2.1.51.0.0	COTA-PARTE DO IPVA	1.827.675,55	2.858.454,66	4.000.000,00	4.128.000,00	4.260.096,00	4.387.898,88
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.827.675,55	2.858.454,66	4.000.000,00	4.128.000,00	4.260.096,00	4.387.898,88
1.7.2.1.52.0.0	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS	93.035,76	82.726,95	90.000,00	92.880,00	95.852,16	98.727,72
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	93.035,76	82.726,95	90.000,00	92.880,00	95.852,16	98.727,72
1.7.2.1.53.0.0	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	18.879,86	3.802,37	30.000,00	30.960,00	31.950,72	32.909,24
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	18.879,86	3.802,37	30.000,00	30.960,00	31.950,72	32.909,24
1.7.2.3.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	2.901.250,17	3.021.232,28	2.500.000,00	2.580.000,00	2.662.560,00	2.742.436,80
1.7.2.3.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	2.901.250,17	3.021.232,28	2.500.000,00	2.580.000,00	2.662.560,00	2.742.436,80
1.7.2.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	2.901.250,17	3.021.232,28	2.500.000,00	2.580.000,00	2.662.560,00	2.742.436,80
1.7.2.9.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	1.323.532,26	1.722.786,03	1.860.000,00	1.919.520,00	1.980.944,64	2.040.372,98
1.7.2.9.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	247.453,28	129.464,00	160.000,00	165.120,00	170.403,84	175.515,96
1.7.2.9.51.0.1	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	247.453,28	129.464,00	160.000,00	165.120,00	170.403,84	175.515,96
1.7.2.9.52.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	805.250,74	1.593.322,03	1.700.000,00	1.754.400,00	1.810.540,80	1.864.857,02
1.7.2.9.52.0.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal	805.250,74	1.593.322,03	1.700.000,00	1.754.400,00	1.810.540,80	1.864.857,02
1.7.2.9.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF	270.828,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.9.99.0.1	Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	270.828,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	662.126,00	1.453.255,00	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.7.4.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	662.126,00	1.453.255,00	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.7.4.1.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	662.126,00	1.453.255,00	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.7.4.1.99.0.1	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	662.126,00	1.453.255,00	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.7.5.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	11.676.414,23	11.615.088,13	15.340.000,00	15.830.880,00	16.337.468,16	16.827.592,20
1.7.5.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E	11.581.951,76	11.350.284,32	15.340.000,00	15.830.880,00	16.337.468,16	16.827.592,20

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF — EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO		ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB						
1.7.5.1.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB	11.581.951,76	11.350.284,32	15.340.000,00	15.830.880,00	16.337.468,16	16.827.592,20
1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB - Principal	11.581.951,76	11.350.284,32	15.340.000,00	15.830.880,00	16.337.468,16	16.827.592,20
1.7.5.9.00.0.0	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	94.462,47	264.803,81	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.9.99.0.0	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	94.462,47	264.803,81	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.9.99.0.1	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	94.462,47	264.803,81	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.0.00.0.0	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.169,65	19.781,62	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	23.169,65	19.781,62	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	23.169,65	19.781,62	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.9.1.99.0.1	Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	23.169,65	19.781,62	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200.658,50	3.873.886,52	379.270,00	391.406,64	403.931,64	416.049,60
1.9.1.0.00.0.0	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.1.1.00.0.0	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.1.1.01.0.0	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.1.1.01.0.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.2.0.00.0.0	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	137.321,05	113.885,49	328.270,00	338.774,64	349.615,42	360.103,89
1.9.2.1.00.0.0	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.2.1.99.0.0	OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.2.1.99.0.1	Outras Indenizações - Principal	0,00	0,00	1.000,00	1.032,00	1.065,02	1.096,97
1.9.2.2.00.0.0	RESTITUIÇÕES	137.321,05	113.885,49	327.270,00	337.742,64	348.550,40	359.006,92
1.9.2.2.99.0.0	OUTRAS RESTITUIÇÕES	137.321,05	113.885,49	327.270,00	337.742,64	348.550,40	359.006,92
1.9.2.2.99.0.1	Outras Restituições - Principal	137.321,05	113.885,49	327.270,00	337.742,64	348.550,40	359.006,92
1.9.3.0.00.0.0	BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	3.679.684,56	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.00.0.0	BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	3.679.684,56	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.05.0.0	RECEITAS RECONHECIDAS POR FORÇA DE DECISÕES JUDICIAIS E DE TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS	0,00	3.679.684,56	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.05.0.1	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	0,00	3.679.684,56	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.9.0.00.0.0	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	63.337,45	80.316,47	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.9.9.9.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.337,45	80.316,47	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.9.9.9.99.0.0	OUTRAS RECEITAS	63.337,45	80.316,47	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
1.9.9.9.99.2.1	Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal	63.337,45	80.316,47	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	5.523.385,84	5.769.793,51	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.9.00.0.0	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO		ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
2.1.1.9.99.0.0	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.9.99.0.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	187.832,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	187.832,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.3.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	187.832,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.3.01.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	187.832,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.3.01.0.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	187.832,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.335.553,07	5.769.793,51	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	590.442,52	3.110.018,94	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.1.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS – FUNDO A FUNDO - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.1.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.2.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	61.197,38	376.073,97	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.2.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DESTINADOS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	61.197,38	376.073,97	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.2.50.9.1	Outras transferências destinadas a Programas de Educação - Principal	61.197,38	376.073,97	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.3.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.3.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.4.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	429.245,14	1.143.944,97	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.4.52.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	326.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.4.52.0.1	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Saneamento Básico - Principal	326.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.4.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	102.545,14	1.143.944,97	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	102.545,14	1.143.944,97	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.9.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	1.590.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.0	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	0,00	1.590.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.1.9.51.0.1	Transferência Especial Da União - Principal	0,00	1.590.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.178.406,76	2.525.908,09	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DOS ESTADOS E DF	493.727,23	852.086,09	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	493.727,23	852.086,09	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	493.727,23	852.086,09	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	2.014.679,53	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.50.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE	693.279,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

	ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
	SAÚDE – SUS						
2.4.2.2.50.0.1	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	693.279,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.51.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.321.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal	1.321.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTIDADES	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.2.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades - Principal	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.00.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	1.670.000,00	673.822,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS	1.670.000,00	673.822,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.2.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	1.670.000,00	673.822,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	435.356,10	133.866,48	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	435.356,10	133.866,48	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.99.0.0	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	435.356,10	133.866,48	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.1.99.0.1	Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	435.356,10	133.866,48	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	131.347,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.1.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	131.347,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.1.01.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	131.347,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.1.01.0.1	Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	131.347,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.0.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-7.674.902,08	-8.113.645,65	-10.226.000,00	-10.553.232,00	-10.890.935,42	-11.217.663,49
92.0.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DE RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92.1.7.1.1.51.1.1	Restituições Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95.0.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DE FUNDEB	-7.674.902,08	-8.113.645,65	-10.226.000,00	-10.553.232,00	-10.890.935,42	-11.217.663,49
95.1.7.1.1.51.1.1	Dedução da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-5.649.818,62	-5.813.249,23	-7.000.000,00	-7.224.000,00	-7.455.168,00	-7.678.823,04
95.1.7.1.1.52.0.1	Dedução da Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-8.094,80	-12.204,36	-8.000,00	-8.256,00	-8.520,19	-8.775,80
95.1.7.1.9.61.0.1	Dedutora Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário Icms - Art. 5º, Inciso V, Ec Nº 123/2023 - Principal	-12.175,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95.1.7.2.1.50.0.1	Dedução da Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.620.672,44	-1.699.982,07	-2.400.000,00	-2.476.800,00	-2.556.057,60	-2.632.739,33
95.1.7.2.1.51.0.1	Deduções Da Cota-parte Do Ipva - Principal	-365.533,97	-571.689,68	-800.000,00	-825.600,00	-852.019,20	-877.579,78
95.1.7.2.1.52.0.1	Deduções Da Cota-parte Do Ipi - Municípios - Principal	-18.607,14	-16.520,31	-18.000,00	-18.576,00	-19.170,43	-19.745,54
98.0.0.0.0.00.0.0	DEDUÇÕES DE RETIFICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.1.1.1.2.50.0.1	Retificação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.1.1.1.2.50.0.3	Retificação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.1.1.1.2.53.0.1	Retificação de Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98.1.7.2.1.52.0.1	Redutora Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo I - Receitas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	79.419.882,26	87.816.503,58	95.385.270,00	98.437.598,64	101.587.601,78	104.635.229,82

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596

Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO - 2025

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS		EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	72.784.929,58	75.856.060,57	90.465.741,22	93.360.644,94	96.348.185,56	99.238.631,11
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.587.306,76	39.746.380,58	54.000.785,17	55.728.810,30	57.512.132,22	59.237.496,18
3.1.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	0,00	0,00	174.785,17	180.378,30	186.150,40	191.734,91
3.1.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	174.785,17	180.378,30	186.150,40	191.734,91
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	36.587.306,76	39.746.380,58	53.826.000,00	55.548.432,00	57.325.981,82	59.045.761,27
3.1.90.01.00	Aposentadoria do RPPS. Reserva Remunerada Reforma	89.624,34	91.835,25	115.000,00	118.680,00	122.477,76	126.152,09
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	301.937,18	315.493,44	360.000,00	371.520,00	383.408,64	394.910,90
3.1.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	7.728.133,57	10.147.783,42	15.341.000,00	15.831.912,00	16.338.533,18	16.828.689,17
3.1.90.11.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	21.543.779,33	21.711.191,26	27.960.000,00	28.854.720,00	29.778.071,04	30.671.413,17
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	5.853.592,21	7.087.132,86	8.850.000,00	9.133.200,00	9.425.462,40	9.708.226,27
3.1.90.91.00	Sentenças Judiciais	10.566,26	0,00	400.000,00	412.800,00	426.009,60	438.789,89
3.1.90.94.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.059.673,87	392.944,35	800.000,00	825.600,00	852.019,20	877.579,78
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	30.000,00	30.960,00	31.950,72	32.909,24
3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	30.000,00	30.960,00	31.950,72	32.909,24
3.2.90.21.00	Juros Sobre A Dívida Por Contrato	0,00	0,00	30.000,00	30.960,00	31.950,72	32.909,24
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.197.622,82	36.109.679,99	36.434.956,05	37.600.874,64	38.804.102,62	39.968.225,69
3.3.20.00.00	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	331.672,79	406.528,65	388.000,00	400.416,00	413.229,31	425.626,19
3.3.20.41.00	Contribuições	331.672,79	406.528,65	388.000,00	400.416,00	413.229,31	425.626,19
3.3.30.00.00	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	158.000,00	75.472,00	200.000,00	206.400,00	213.004,80	219.394,94
3.3.30.41.00	Contribuições	158.000,00	75.472,00	200.000,00	206.400,00	213.004,80	219.394,94
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.454.202,29	6.419.578,76	5.736.000,00	5.919.552,00	6.108.977,67	6.292.247,00
3.3.50.41.00	Contribuições	3.006.277,95	3.196.745,38	2.987.000,00	3.082.584,00	3.181.226,69	3.276.663,49
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais	2.447.924,34	3.222.833,38	2.749.000,00	2.836.968,00	2.927.750,98	3.015.583,51
3.3.70.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	1.101.233,32	172.384,51	310.756,05	320.700,24	330.962,65	340.891,53
3.3.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS RATEIO	1.101.233,32	172.384,51	310.756,05	320.700,24	330.962,65	340.891,53
3.3.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.101.233,32	172.384,51	310.756,05	320.700,24	330.962,65	340.891,53
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	29.152.514,42	29.035.716,07	29.800.200,00	30.753.806,40	31.737.928,19	32.690.066,03
3.3.90.04.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	50.000,00	51.600,00	53.251,20	54.848,74
3.3.90.14.00	Diárias - Pessoal Civil	310.861,48	342.427,27	547.000,00	564.504,00	582.568,13	600.045,17
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	2.000,00	2.064,00	2.130,05	2.193,95
3.3.90.30.00	Material De Consumo	7.800.186,62	7.771.535,81	7.576.000,00	7.818.432,00	8.068.621,80	8.310.680,44
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serv para Distribuição. Gratuita	193.547,90	111.150,00	200.000,00	206.400,00	213.004,80	219.394,94
3.3.90.35.00	Serviços De Consultoria	210.000,00	229.860,00	260.000,00	268.320,00	276.906,24	285.213,43
3.3.90.36.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	897.001,57	752.187,96	1.340.000,00	1.382.880,00	1.427.132,16	1.469.946,13
3.3.90.39.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	18.686.799,26	17.691.279,28	17.215.000,00	17.765.880,00	18.334.388,16	18.884.419,81
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	37.273,55	54.875,53	193.200,00	199.382,40	205.762,64	211.935,52
3.3.90.41.00	Contribuições	0,00	0,00	4.000,00	4.128,00	4.260,10	4.387,90
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	787.761,14	817.477,56	852.000,00	879.264,00	907.400,45	934.622,46
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	221.682,90	232.095,26	175.000,00	180.600,00	186.379,20	191.970,58
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	0,00	29.464,21	500.000,00	516.000,00	532.512,00	548.487,36

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Anexo II - Despesas - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo II - Despesas - Art. 4º, § 2º , inciso II da LRF

EXERCÍCIO - 2025

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS		EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	16.000,00	16.512,00	17.040,38	17.551,59
3.3.93.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO COM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.400,00	1.003.363,19	870.000,00	897.840,00	926.570,88	954.368,01
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terçeiros - Pessoa Jurídica	7.400,00	1.003.363,19	870.000,00	897.840,00	926.570,88	954.368,01
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	11.484.563,77	6.820.799,51	4.877.528,78	5.033.609,70	5.194.685,21	5.350.525,77
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	10.721.749,73	5.955.099,29	3.915.528,78	4.040.825,70	4.170.132,12	4.295.236,09
4.4.70.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	21.528,78	22.217,70	22.928,67	23.616,53
4.4.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	21.528,78	22.217,70	22.928,67	23.616,53
4.4.71.70.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	21.528,78	22.217,70	22.928,67	23.616,53
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	10.721.749,73	5.955.099,29	3.894.000,00	4.018.608,00	4.147.203,45	4.271.619,56
4.4.90.51.00	Obras E Instalações	3.960.060,00	3.878.809,82	2.451.000,00	2.529.432,00	2.610.373,82	2.688.685,04
4.4.90.52.00	Equipamentos E Material Permanente	5.085.689,73	1.906.289,47	1.271.000,00	1.311.672,00	1.353.645,50	1.394.254,87
4.4.90.61.00	Aquisição De Imóveis	1.676.000,00	170.000,00	172.000,00	177.504,00	183.184,13	188.679,65
4.5.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	12.000,00	12.384,00	12.780,29	13.163,70
4.5.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	12.000,00	12.384,00	12.780,29	13.163,70
4.5.90.61.00	Aquisição De Imóveis	0,00	0,00	12.000,00	12.384,00	12.780,29	13.163,70
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	762.814,04	865.700,22	950.000,00	980.400,00	1.011.772,80	1.042.125,98
4.6.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	762.814,04	865.700,22	950.000,00	980.400,00	1.011.772,80	1.042.125,98
4.6.90.71.00	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	762.814,04	865.700,22	950.000,00	980.400,00	1.011.772,80	1.042.125,98
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	42.000,00	43.344,00	44.731,01	46.072,94
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	42.000,00	43.344,00	44.731,01	46.072,94
9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	42.000,00	43.344,00	44.731,01	46.072,94
9.9.99.99.00	Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	0,00	42.000,00	43.344,00	44.731,01	46.072,94
		84.269.493,35	82.676.860,08	95.385.270,00	98.437.598,64	101.587.601,78	104.635.229,82

Diogo Scarabelli Júnior

Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES

CONTADOR 43.596

Prefeitura Municipal de Resplendor
Estado de Minas Gerais
Demonstrativo I - Metas Anuais

AMF - TABELA 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	2025			2026			2027		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	98.437.598,64	95.385.270,00	0,010	101.587.601,78	95.387.419,51	0,010	104.635.229,82	95.383.071,85	0,011
Receita Primária (I)	96.161.006,64	93.179.270,00	0,010	99.238.158,84	93.181.369,80	0,010	102.215.303,60	93.177.122,69	0,010
Despesa Total	98.437.598,64	95.385.270,00	0,010	101.587.601,78	95.387.419,51	0,010	104.635.229,82	95.383.071,85	0,011
Despesa Primária (II)	97.426.238,64	94.405.270,00	0,010	100.543.878,26	94.407.397,42	0,010	103.560.194,60	94.403.094,43	0,010
Resultado Primária (III) = (I - II)	-1.265.232,00	-1.226.000,00	0,000	-1.305.719,42	-1.226.027,62	0,000	-1.344.891,00	-1.225.971,74	0,000
Resultado Nominal	-5.598.950,23	-5.425.339,37	-0,001	-5.215.999,47	-4.897.652,08	-0,001	-4.811.451,66	-4.386.008,80	0,000
Dívida Pública Consolidada	421,04	407,98	0,000	562.551,68	528.217,53	0,000	1.140.456,02	1.039.613,50	0,000
Dívida Consolidada Líquida	-20.770.625,13	-20.126.574,73	-0,002	-20.873.167,97	-19.599.218,75	-0,002	-20.938.335,21	-19.086.905,38	-0,002

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2025	2026	2027
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,20	3,20	3,00
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares	961.000.000.000,00	977.000.000.000,00	993.000.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2025	2026	2027
Valor Corrente / 1,0320	Valor Corrente / 1,0650	Valor Corrente / 1,0970

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

EXERCÍCIO: - 2025

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS			METAS REALIZADAS			VARIAÇÕES	
	2023	% PIB	% RCL	2023	% PIB	% RCL	VALOR	%
Receita Total	81.224.730,03	0,0098	86,4617	87.816.503,58	0,0106	93,4785	6.591.773,55	8,1155
Receita Primária (I)	80.697.915,03	0,0097	85,9009	85.838.007,92	0,0103	91,3724	5.140.092,89	6,3695
Despesa Total	81.224.730,03	0,0098	86,4617	82.676.860,08	0,0100	88,0075	1.452.130,05	1,7878
Despesa Primária (II)	80.070.705,03	0,0097	85,2333	81.811.159,86	0,0099	87,0859	1.740.454,83	2,1736
Resultado Primária (III) = (I - II)	627.210,00	0,0000	0,6676	4.026.848,06	0,0006	4,2865	3.399.638,06	542,0255
Resultado Nominal	-2.195.979,68	-0,0003	-2,3376	544.687,18	0,0001	0,5798	2.740.666,86	-124,8038
Dívida Pública Consolidada	818.602,89	0,0001	0,8714	-544.279,20	-0,0001	-0,5794	-1.362.882,09	-166,4888
Dívida Consolidada Líquida	-13.999.279,70	-0,0017	-14,9019	19.582.703,52	0,0024	20,8453	33.581.983,22	-239,8837

Diogo Scarabelli Júnior

Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES

CONTADOR 43.596

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com As Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

EXERCÍCIO: - 2025

	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	78.478.000,00	94.243.010,00	20,088	95.385.270,00	1,212	98.437.598,64	3,200	101.587.601,78	3,200	104.635.229,82	0,030
Receita Primária (I)	77.969.000,00	91.936.977,00	17,914	93.179.270,00	1,351	96.161.006,64	3,200	99.238.158,84	3,200	102.215.303,60	0,030
Despesa Total	78.478.000,00	94.243.010,00	20,088	95.385.270,00	1,212	98.437.598,64	3,200	101.587.601,78	3,200	104.635.229,82	0,030
Despesa Primária (II)	77.363.000,00	93.067.260,00	20,299	94.405.270,00	1,437	97.426.238,64	3,200	100.543.878,26	3,200	103.560.194,60	0,030
Resultado Primária (III) = (I - II)	606.000,00	-1.130.283,00	-286,515	-1.226.000,00	8,468	-1.265.232,00	3,200	-1.305.719,42	3,200	-1.344.891,00	0,030
Resultado Nominal	-733.533,10	-2.195.979,68	199,370	-1.972.271,45	-10,187	-5.598.950,23	183,883	-5.215.999,47	-6,839	-4.811.451,66	-0,077
Dívida Pública Consolidada	2.433.027,66	818.602,89	-66,354	335.936,91	-58,962	421,04	-99,874	562.551,68	*.***,***	1.140.456,02	1,027
Dívida Consolidada Líquida	-6.947.539,50	-13.999.279,70	101,499	-14.811.236,24	5,800	-20.770.625,13	40,235	-20.873.167,97	0,493	-20.938.335,21	0,003

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	75.824.154,58	91.056.048,30	20,088	92.607.058,25	1,703	95.385.270,00	3,000	95.387.419,51	0,002	95.383.071,85	0,000
Receita Primária (I)	75.332.367,14	88.827.997,10	17,914	90.465.310,67	1,843	93.179.270,00	3,000	93.181.369,80	0,002	93.177.122,69	0,000
Despesa Total	75.824.154,58	91.056.048,30	20,088	92.607.058,25	1,703	95.385.270,00	3,000	95.387.419,51	0,002	95.383.071,85	0,000
Despesa Primária (II)	74.746.859,90	89.920.057,97	20,299	91.655.601,94	1,930	94.405.270,00	3,000	94.407.397,42	0,002	94.403.094,43	0,000
Resultado Primária (III) = (I - II)	585.507,24	-1.092.060,86	-286,515	-1.190.291,26	8,995	-1.226.000,00	3,000	-1.226.027,62	0,002	-1.225.971,74	0,000
Resultado Nominal	-708.727,63	-2.121.719,49	199,370	-1.914.826,65	-9,751	-5.425.339,37	183,333	-4.897.652,08	-9,726	-4.386.008,80	-0,104
Dívida Pública Consolidada	2.350.751,36	790.920,66	-66,354	326.152,33	-58,763	407,98	-99,874	528.217,53	*.***,***	1.039.613,50	0,968
Dívida Consolidada Líquida	-6.712.598,55	-13.525.874,10	101,499	-14.379.841,00	6,313	-20.126.574,73	39,963	-19.599.218,75	-2,620	-19.086.905,38	-0,026

Diogo Scarabelli Júnior

Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES

CONTADOR 43.596

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2021	%
Resultado Acumulado	68.726.223,76	100,00	57.596.436,92	100,00	45.481.574,56	100,00
TOTAL	68.726.223,76	100,00	57.596.436,92	100,00	45.481.574,56	100,00

Diogo Scarabelli Junior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596

ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5(LRF, art.4°,§2°,Inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	20.686,04	196.254,43	173,12
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		187.832,77	84,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS			
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	20.686,04	8.421,66	88,62

DESPESAS EXECUTADAS	2023 (d)	2022 (e)	2021 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DOS ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS			
INVERSÕES FINANCEIRAS			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2023 (g)=((Ia-IId)+IIIh)	2022 (h)=((Ib-IIe)+IIIi)	2021 (i)=((Ic-IIf)
VALOR (III)	217.113,59	196.427,55	173,12

Diogo Scarabelli Junior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

EXERCÍCIO: - 2025

Não existe previsão de renúncia de receita para os próximos exercícios

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	3.379.560,64
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	327.232,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	3.052.328,64
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.052.328,64
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOPCC(V) = (III-IV)	3.052.328,64

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

AMF (LRF, art. 4º, § 3º)

EXERCÍCIO: - 2025

Entidade : Prefeitura Municipal de Resplendor

Risco .....: Outros Riscos Fiscais

Valor .....: 43.344,00

Providência

rESERVA DE cONTINGÊNCIA

Valor da Providência

43.344,00

Total das Providências .....: 43.344,00

Diogo Scarabelli Júnior

Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES

CONTADOR 43.596

Programa : **010 - Administração da Câmara Municipal**

Objetivo : Prover a Câmara Municipal dos recursos humanos e materiais necessários ao cumprimento de suas funções.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1117	Aquisição de Imóveis

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **040 - Programa de Apoio Administrativo**

Objetivo : Proporcionar a continuidade das atividades administrativas.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1109	Aquisição de Móveis e Equipamentos para Assuntos Jurídicos
1116	Aquisição de Equipamentos Diversos P/ Controladoria Geral do Município
2016	Manutenção das Atividades Serviços Administrativos
2051	Manutençao das Atividades Serviços Administrativos
2093	Manutenção das Atividades do Setor
2103	Manutenção das Ativ. Serviços Administrativos
2131	Manutenção das Atividades de Projetos de Engenharia e Arquitetura
2142	Manutenção dos Serv. Administrativos
2177	Manutenção Atividades da Secretaria
2197	Manutenção de convênio CNM
2198	Manutenção das Atividades da Controladoria Geral do Município
2203	Manutenção Servodores Cedidos a Entidades Federais e Estaduais

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **080 - Programa de Segurança Pública Municipal**

Objetivo : Permitir Segurança Publica a todos no Município.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2200	Manutenção de Convênio Entidades Estaduais e Federais-policia Civil
2201	Manutenção de Convênio Entidades Estaduais e Federais-Policia Militar
2202	Manutenção de Convênio Entidades Estaduais e Federais-Corpo de Bombeiros

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **100 - Programa de Turismo Municipal**

Objetivo : Proporcionar um número maior de visitante ao nosso Município.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1093	Construção de Infra Estrutura Turisticas

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa	: **110 - Telecomunicações**
Objetivo	: Manutenção Telecomunicacoes neste Município

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2059	Manutenção do Programa WI-FI nas Praças Públicas

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **120 - Administração de Receitas**

Objetivo : Incrementar a arrecadação visando o equilíbrio das contas dos serviços prestados e a melhoria dos serviços à população.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2015	Manutenção Serviços de Arrecadação

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **170 - Programa de Educação Infantil**

Objetivo : Aumentar a capacidade de atendimento neste setor.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2026	Manutenção da Creche

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **190 - Ensino Regular**

Objetivo : Assegurar a igualdade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno matriculado no Ensino Regularl.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2020	Manutenção Atividades do Ensino Fundamental

Programa : **210 - Programa de Desporto Amador**

Objetivo : Aumentar a capacidade de área para a prática de esportes.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1027	Aquisição de Móveis e Equipamentos para Atividades Esportivas
1123	Construção Infraestrutura Estádio Futebol na Sede e Distritos
2048	Associação de Capoeira Resplendor Carcarás - ACRC
2049	Associação Independente Futebol de Vila Independência
2050	Associação Juventus de Futebol do Bairro João Ricardo

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **240 - Programa de Apoio a Difusão Cultural**

Objetivo : Aumentar Apoio a Difusao Cultural.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1018	Aquisição de Bens Móveis Para o Setor Cultural
1124	Construção, Reforma e Aquisição de Equipamentos Centro Cultural
2030	Manutenção das Atividades Culturais

Programa : **270 - Programa de Assistência Social Geral**

Objetivo : Proporcionar Assitencia Social Geral.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1083	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Conselho Tutelar
1103	Construção e Reforma do CREAS
1118	Aquis. de Veículos, Móveis e Equip para Programa Auxilio Brasil
2115	Assoc. Comunitária dos Moradores do Bairro Antônio de Matos - ACOMBAM
2150	Manutenção da Vigilância Socioassistencial
2151	Manutenção das Atividades da Gestão da Assistência Social
2153	Manutenção das Atividades da Proteção Social Básica
2154	Manutenção das Atividades do CRAS
2157	Manutenção do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes
2161	Manutenção das Atividades com Família Acolhedora
2165	Manutenção do Cadastro Único
2166	Manutenção do Programa Criança Feliz
2169	Manutenção dos Programas da Assistência Social
2173	Manutenção da Secretaria Executiva dos Conselhos
2205	Manutenção das Atividades do SCFV
2206	Manutenção do Programa Auxilio Brasil

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **300 - Produção Animal**

Objetivo : Apoio a Producao Animal no Municipio.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2185	Associação de Agricultura Familiar e Cultural Rural
2186	Assoc. Pescadores Profissionais/Amadores do Médio Rio Doce - APERDOCE

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **420 - Limpeza Pública**

Objetivo : Manutenção da Limpeza Publica no Municipio.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2096	Manutenção Limpeza Pública

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **430 - Serviços Funerários**

Objetivo : Apoio ao Servicos Funerarios no Municipio.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2097	Manutenção dos Serviços Funerários

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **470 - Sistemas de Esgoto**

Objetivo : Fazer manutenção nos Sistemas de Esgoto ao Municipio.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1120	Construção, Ampliação e/ou Aquisiçao de Equipamentos Para as ETEs nos Distritos

Programa : **500 - Estradas Vicinais**

Objetivo : Manuntenção das Estradas Vicinais.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2102	Manutenção Serv. Mun. Estradas Vicinais

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **570 - Assistência Médica e Sanitária**

Objetivo : Dar Assistencia Medica e Sanitaria no Municipio.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1041	Construção de CAPS
1042	Aquisição de Móveis e Equipamentos Para Orgão Públicos de Saude
2072	Manutenção Saúde Pública
2076	Manutenção das Atividades Programa Previne Brasil
2079	Manutenção Atividades Laboratorial Regional de Prótese Dentária - LRPD

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **605 - Execução da Proteção Social Especial**

Objetivo : Atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2162	Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial
2163	Manutenção do CREAS

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **680 - Educação Ambiental**

Objetivo : Propor Educacao Ambiental no Municipio.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2209	Atividades de Rateio do CORIDOCE - Cons. Público P/Defesa e Revitalização do Rio Doce

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **761 - Combate ao COVID-19**

Objetivo : Ações de combate e enfrentamento ao COVID-19

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2155	Manutenção do PSB - Covid-19
2175	Manutenção das Atividades de Proteção Social Emergencial

Programa : **762 - Apoio a Projetos de Infra Estrutura Turística**

Objetivo : Revitalização e aproveitamento do espaço como atrativo turístico

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1094	Construção de Infra-Estrutura na Orla do Rio Doce
1095	Construção de Portais no Município de Resplendor
1096	Construção do Pier na Orla
1097	Reforma e Revitalização nas Praças Municipais

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **763 - Aquisição e Desapropriação de Imóveis**

Objetivo : Aquisição de imóveis de interesse do município

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1051	Aquisição e Desapropriação de Imóvel para Construção da Sede Municipal
1075	Aquisição e Desapropriação de Imóvel para Instalação do Distrito Industrial
1101	Aquisição e Desapropriação de Imóveis para o CRAS
1105	Aquisição e Desapropriação de Imóveis para o CREAS

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **765 - Construção do Distrito Industrial**

Objetivo : Incentivo a pequenas, médias e grandes indústrias no município

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1076	Construção do Distrito Industrial

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **767 - Ensino Técnico e Superior e Linguagem de Idiomas**

Objetivo : Realização de convênio com instituições de ensino técnico , superior e linguagem de idiomas.

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2204	Convênio com Instituições Educacionais ,Linguagem e Idiomas

Prefeitura Municipal de Resplendor

Estado de Minas Gerais

Metas e Prioridades para o Exercício

(art. 165º, § 2º da Constituição Federal)

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

Programa : **768 - Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico**

Objetivo : Ativdades de coordenação

AÇÃO	DESCRIÇÃO
2207	Atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico
2211	Atividades do Programa de Fomento a Economia Local e Empreendedores
2212	Contribuição ao SEBRAE

Diogo Scarabelli Júnior

Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES

CONTADOR 43.596

Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

EXERCÍCIO: - 2025

DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	72.784.929,58	0,00
2023	75.856.060,57	4,22
2024	90.465.741,22	19,26
2025	93.360.644,94	3,20
2026	96.348.185,56	3,20
2027	99.238.631,11	3,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	36.587.306,76	0,00
2023	39.746.380,58	8,63
2024	54.000.785,17	35,86
2025	55.728.810,30	3,20
2026	57.512.132,22	3,20
2027	59.237.496,18	3,00

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	30.000,00	0,00
2025	30.960,00	3,20
2026	31.950,72	3,20
2027	32.909,24	3,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	36.197.622,82	0,00
2023	36.109.679,99	-0,24
2024	36.434.956,05	0,90
2025	37.600.874,64	3,20
2026	38.804.102,62	3,20
2027	39.968.225,69	3,00

DESPESAS DE CAPITAL		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	11.484.563,77	0,00
2023	6.820.799,51	-40,61
2024	4.877.528,78	-28,49
2025	5.033.609,70	3,20
2026	5.194.685,21	3,20
2027	5.350.525,77	3,00

INVESTIMENTOS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	10.721.749,73	0,00
2023	5.955.099,29	-44,46
2024	3.915.528,78	-34,25
2025	4.040.825,70	3,20
2026	4.170.132,12	3,20
2027	4.295.236,09	3,00

INVERSÕES FINANCEIRAS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	12.000,00	0,00
2025	12.384,00	3,20
2026	12.780,29	3,20
2027	13.163,70	3,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	762.814,04	0,00
2023	865.700,22	13,49
2024	950.000,00	9,74
2025	980.400,00	3,20
2026	1.011.772,80	3,20
2027	1.042.125,98	3,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS		
Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	42.000,00	0,00
2025	43.344,00	3,20
2026	44.731,01	3,20
2027	46.072,94	3,00

Diogo Scarabelli Júnior
Prefeito Municipal

CARLOS ELIAS ROCHA PIRES
CONTADOR 43.596